

RELATÓRIO REFERENTE ÀS AÇÕES REALIZADAS PELO CONSELHO GESTOR DA PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS, 6ª CÂMARA TEMÁTICA POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO – 6ª CCR), DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), NOS ANOS DE 2019 E 2020, APRESENTADO PELO REPRESENTANTE TITULAR DA ABA / GESTÃO 2019-2020 – CONSELHO GESTOR DA PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS, PROFESSOR STEPHEN GRANT BAINES (DAN/UnB)

Início este relatório, apresentando algumas informações a respeito da criação da Plataforma de Territórios Tradicionais pela 6ª Câmara Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão – 6ª CCR) do Ministério Público Federal (MPF). O principal desafio dos procuradores que atuam nessas temáticas é assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural, como determina a Constituição Federal Brasileira de 1988. O 6ª CCR do MPF iniciou uma série de oficinas para construir uma Plataforma Digital de Territórios Tradicionais e a proposta foi divulgada em 10/8/2018, de desenvolver uma ferramenta de georreferenciamento que visa auxiliar na definição de políticas e subsidiar a atuação de procuradores na proteção dos direitos de comunidades tradicionais.

O MPF promoveu, entre os dias 20 e 22 de agosto de 2018, uma primeira oficina para dar início à construção da plataforma digital que pretende reunir informações georreferenciadas, coletadas em diversas fontes, sobre áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. O objetivo é desenvolver, em conjunto, uma ferramenta que servirá de base para a definição de políticas públicas e a atuação do MPF na proteção dos direitos desses povos. O MPF promoveu, entre os dias 12 e 13 de novembro de 2018, uma segunda oficina do projeto Plataforma Digital de Territórios Tradicionais em que foi divulgado que a ferramenta vai reunir informações georreferenciadas sobre povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. O objetivo do encontro foi discutir a governança da plataforma e culminou na criação de dois órgãos que irão auxiliar neste aspecto: o Conselho Gestor e o Comitê Técnico. O Conselho Gestor trabalhará na tomada de decisões, enquanto o Comitê Técnico será responsável por colher informações e prestar assessoria especializada sobre a ferramenta.

Em 27 e 28 de agosto de 2019, a 6ª CCR realizou a IV Oficina da Plataforma de Territórios Tradicionais, no Auditório do Conselho Superior, Procuradoria Geral da República (PGR), ao qual fui convidado a participar como representante titular da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no Conselho Gestor da Plataforma. No dia 27/08/2019, às 10h00min horas, aconteceu a Mesa de Abertura, com a presença do procurador Antônio Carlos Alpino Bigonha, então Coordenador da 6ª Câmara, a procuradora Eliana Peres Torelly de Carvalho, então Coordenadora do GT Comunidades Tradicionais, professor José Roberto Soares Scolforo, Reitor da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho, Presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidade Tradicionais (CNPCT) e Sr. Samuel Leite Caetano, Representante do CNPCT, geraizeiro no Norte de Minas, onde há conflitos em torno da regularização fundiária. A procuradora Eliana Peres Torelly de Carvalho ressaltou a necessidade de construir a Plataforma a partir do zero. O procurador Antônio Carlos Alpino Bigonha ressaltou que a primeira oficina sobre a Plataforma de Territórios Tradicionais havia acontecido na 6ª CCR em agosto de 2018, e que durante seis meses estava lutando para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) voltar para o Ministério da Justiça, após o governo de Jair Bolsonaro, no início de 2019, transferir a FUNAI para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, e transferir a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. O procurador Antônio Carlos Alpino Bigonha advertiu também sobre a ameaça de extinção dos Conselhos e caracterizou o primeiro semestre de 2019 como um semestre perdido, com a paralisação de todos os processos de demarcações de Terras Indígenas e de quilombolas e a legitimação da ilegalidade e confronto com a ordem jurídica, além do ataque à floresta.

A apresentação foi seguida pela instalação simbólica do Conselho Gestor e Comitê Técnico da Plataforma pelo procurador Antônio Carlos Alpino Bigonha, então Coordenador da 6ª Câmara. Às 11h00min horas houve a Apresentação da Plataforma de Territórios Tradicionais pelo Procurador da República Wilson Rocha Fernandes Assis, junto com Sr. Mário Alberto Lieggio Pucci, Assessor-Chefe da Assessoria Técnica em Geoprocessamento, ATGEO/SPPEA/PGR e professora Aline Dias, representante da Universidade Federal de Lavras (UFLA). O procurador Wilson Rocha Fernandes Assis chamou atenção ao Conselho, constituído de sete pessoas com direito de voto, sendo seis dos povos e comunidades tradicionais, e ressaltou o grande número de territórios que não têm reconhecimento oficial como, por exemplo, no Pantanal, no sul do Piauí e em Altamira onde há povos indígenas que ainda foram não reconhecidos pelo Estado. Mencionou, também, a intenção que trabalhos acadêmicos feitos por comunidades tradicionais possam

alimentar a Plataforma de Territórios Tradicionais. A Plataforma tem possibilidade de criar uma memória institucional. Professora Aline Dias, representante da UFLA, descreveu a Plataforma como “um espaço de ser, viver e crescer”, e fez uma apresentação sobre o cadastramento de dados no site.

Após o almoço, às 14h30min, houve a apresentação, “A Plataforma de Territórios Tradicionais e a Agenda 2030”, com Sra. Denise Kronemberger, Assessora da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Sra. Rúbia Quintão, representante da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com o encerramento às 17h30min. O procurador Wilson Rocha mencionou a Organização das Nações Unidas (ONU) e os seus dezessete (17) objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Sra. Rúbia Quintão informou que trabalha com desenvolvimento sustentável desde 2016 e que trabalhou na Presidência da República, e lançou a pergunta, como se integrará os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Plataforma, além de lembrar que os objetivos da Agenda 2030 eram de alcançar um equilíbrio entre a prosperidade humana e a proteção do planeta, visando acabar com a pobreza e a fome, lutar contra as desigualdades, e combater mudanças climáticas. Sra. Denise Kronemberger falou sobre a experiência do IBGE na discussão dos ODS no Brasil.

Após as apresentações, houve um debate de todos os presentes. Sra. Claudia de Pinho, presidente do CNPCT, ressaltou a falta de participação dos povos e comunidades tradicionais nas discussões e que esses povos precisam iniciar uma participação, que a Plataforma não é maior que o Conselho, que estão cansados das demandas que vêm de fora e não podem ficar reféns das demandas externas. Enfatizou a necessidade de levar em consideração a visão dos povos e comunidades tradicionais sobre os ODS, que aparecem em uma propaganda governamental como se fossem maravilhosos, além de examinar o que o instrumento da Plataforma tem a ver com a vida dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), e como os PCTs vão se ver na Plataforma.. Os representantes dos PCTs relataram casos de violações dos seus direitos, com a discussão de vários casos empíricos como o de Barcarena, Pará, e a poluição por vazamento de detritos tóxicos de mineração que contaminou comunidades daquela região.

Em 28 de agosto de 2019, às 09h00min horas houve a apresentação “O que são territórios tradicionais? O que são comunidades tradicionais?” com Professora Ana Tereza Reis da Silva, representante do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), Universidade de Brasília (UnB), Dr. Leonardo Leocádio, perito do MPF, professor Dr. Carmo Thum, debatedor do CNPCT e Sra. Alicia

Santana Salvador Morais, debatedora do CNPCT. Após o almoço, às 14h00min horas houve a apresentação “Iniciativas de mapeamento de territórios tradicionais. A alimentação da Plataforma”, com Sra Lidiane Taverni Salles, retireira, Sra. Isabel Figueiredo, representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia / Instituto Sociedade, População e Natureza (IPAM/ISPN), um representante do Instituto Socioambiental (ISA), e professor Antônio João Castrilon, representante da Cartografia Social da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Em setembro de 2019, o MPF apresentou oficialmente a Plataforma de Territórios Tradicionais durante a 4ª oficina do projeto, realizada na Procuradoria-Geral da República (PGR), desenvolvida em parceria com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e com a Universidade Federal de Lavras (UFLA). A ferramenta utiliza georreferenciamento para reunir e disponibilizar informações de diversas fontes sobre as áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. Ao abrir o evento, o então coordenador da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6ª CCR), Dr. Antônio Carlos Alpino Bigonha, destacou a importância da ferramenta neste momento de ameaça aos direitos das minorias. O objetivo é realizar um diagnóstico da ocupação de territórios e das necessidades desses grupos, a fim de orientar a atuação dos órgãos públicos e a definição de políticas que atendam essas comunidades. A Plataforma de Territórios Tradicionais, desenvolvida em parceria com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e a Universidade Federal de Lavras, foi apresentada pela 6ª CCR durante oficina realizada no auditório do Conselho Superior do MPF, na Procuradoria Geral da República (PGR). A plataforma foi recebida pelo setor como poderosa ferramenta de georreferenciamento, apta a romper a política de invisibilidade de que as comunidades tradicionais são vítimas desde o período imperial e a produzir dados para proteção de seus direitos fundiários, entre outros.

Fui convidado a participar da 2ª reunião do Conselho Gestor da Plataforma Digital de Territórios Tradicionais, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal, com a presença de membros do Conselho Gestor da Plataforma, que foi agendada para 17 de setembro de 2020 e adiada para 24 de setembro de 2020, reunião que aconteceu de forma virtual em decorrência da Pandemia de Covid-19. A pauta incluiu, 1) pendências de deliberação pelo Conselho Gestor: a) solicitação do professor Marcelo Braga, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), para acesso à Plataforma; b) solicitação da ONG Instituto Sociedade, População e Natureza (IPAM) para integração da Plataforma ao aplicativo Tô no mapa; c) solicitação de Pedro Bruzzi, da

ONG Funatura, para acesso à Plataforma. 2) Aspectos operacionais do funcionamento do Comitê Gestor da Plataforma. 3) Plataforma Digital de Territórios Tradicionais – recentes avanços, com apresentação do Sr. Mário Alberto Lieggio Pucci, Assessor de Geoprocessamento da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) / MPF. 4) Sobreposição - Cadastramento Ambiental Rural (CAR) e Territórios Tradicionais, por Sr. Mário Alberto Lieggio Pucci, Assessor de Geoprocessamento da SPPEA/MPF. 5) Observatório dos Povos Indígenas Isolados. 6) Termo de Cooperação Técnica com GIZ. 7) Apreciação de casos incluídos na Plataforma para validação do Conselho Gestor. 8) Atribuição de usuário cadastrador para: UFMT, UFPB, Funatura e Observatório dos Povos indígenas Isolados. 9) Atribuição de usuários técnicos para o MPF. 10) Informes.

A 2ª Reunião iniciou com uma discussão sobre pendências de deliberação pelo Conselho Gestor de solicitações de pessoas que pedem acesso à Plataforma. O coordenador, procurador Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis apresentou os pedidos recebidos para ter acesso à Plataforma, incluindo o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG. Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis, informou, também, que um Ofício dirigido a Dra. Eliana Peres Torelly de Carvalho, então Coordenadora da 6a CCR e ao Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis, Coordenador da Plataforma de Territórios Tradicionais, enviado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e a Rede Cerrado, no âmbito do Projeto de Mapeamento dos Inviabilizados, financiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA), formalizou a intenção de cooperação com a Plataforma de Povos e Comunidades Tradicionais.

Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis, Coordenador da Plataforma de Territórios Tradicionais, pediu para Sr. Mário Alberto Lieggio Pucci, Assessor de Geoprocessamento da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) / MPF, apresentar o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) para mostrar a potencialidade da Plataforma. Logo em seguida, apresentaram-se aspectos operacionais do funcionamento do Comitê Gestor da Plataforma, e recentes avanços na Plataforma Digital de Territórios Tradicionais, por Mário Pucci – Assessor de Geoprocessamento da SPPEA/MPF. O mesmo discutiu a questão da Sobreposição CAR e Territórios Tradicionais. Também foram discutidos o Observatório dos Povos Indígenas Isolados, o Termo de Cooperação Técnica com GIZ. Uma Apreciação de casos incluídos na Plataforma para validação do Conselho Gestor, a Atribuição de usuário cadastrador para: UFMT, UFPB, Funatura e Observatório dos Povos indígenas Isolados e a Atribuição de usuários técnicos para o MPF.

No caso do Observatório dos Índios Isolados, Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis informou que um usuário cadastrador já foi concedido. Sr. Mário Pucci apresentou dados do DNPM sobre sobreposições do Cadastro Ambiental Rural (CAR) apontando para o fato que um registro do CAR pode ter mais de um proprietário e que são incluídos no CAR povos e comunidades tradicionais, e Terras Indígenas regularizadas e em estudo. Trata-se da análise de sobreposições de cadastros de propriedades rurais particulares em Terras Indígenas nos Estados brasileiros, utilizando os bancos de dados e sistemas disponíveis no Cadastro Ambiental Rural – CAR e FUNAI. O procurador Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis ressaltou que um grande desafio é de alimentar a Plataforma e sensibilizar os vários parceiros a alimentar a Plataforma. Informou que o governo alemão já aprovou o financiamento de EU\$2 milhões de Euros, mais EU\$2 milhões que estão em negociação, finalizando a reunião com uma discussão sobre a atribuição de usuários técnicos.

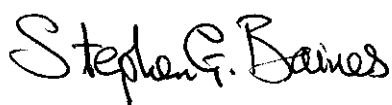
Esta última reunião focalizou, sobretudo, aspectos operacionais do funcionamento do Comitê Gestor da Plataforma.

A Plataforma Digital de Territórios Tradicionais da 6ª CCR tem potencial para ser uma ferramenta de georreferenciamento que auxilie na definição de políticas e subsidiar a atuação de procuradores do MPF na proteção dos direitos de comunidades tradicionais, contanto que os Povos e Comunidades Tradicionais tenham acesso adequado à Plataforma para se incluir nela de forma participativa e colaborativa, inclusive, na sua própria construção, para poder transformá-la em instrumento para expor suas demandas.

O link para a Plataforma Digital de Territórios Tradicionais da 6ª CCR, MPF, LINK de acesso: <http://www.territoriostradicionais.mpf.mp.br/a>

Anexo junto com este relatório a análise de sobreposição Terra Indígena (TI) X Cadastro Ambiental Rural (CAR), e a Cartilha da Plataforma.

Brasília, DF, 09 de dezembro de 2020



Stephen G. Baines

Representante Titular da ABA / Gestão 2019-2020 – Conselho Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais.

Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA.

Membro da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da ABA

Professor Titular de Antropologia, Depto. de Antropologia, Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS, DAN, UnB); Programa de Pós-Graduação do Depto. de Estudos Latino-Americanos (PPGECsA, ELA, UnB) Bolsista PQ - CNPq nível 1A; Coordenador do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI), DAN/UnB

e-mail: stephengbaines@gmail.com stephen@unb.br

[HTTPS://sites.google.com/view/lageri/bem-vindo](https://sites.google.com/view/lageri/bem-vindo)